

Pelúcio vê a Constituinte sem objetivo

"A próxima Constituinte não será a que nós desejávamos, pois o ideal seria que fosse convocada com a finalidade exclusiva de discutir e elaborar a nova Constituição. Ao final dos trabalhos, os constituintes poderiam, de imediato, prestar contas ao povo sobre a sua atuação", sustenta José Oscar Pelúcio, candidato à Câmara Federal pelo PDT-DF. Mesmo assim, o candidato entende "ser possível a conquista de uma Constituição democrática e progressista, livre definitivamente do entulho autoritário, herdado da ditadura, especialmente no campo das liberdades públicas e do cidadão, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma razoável abertura para conquistas no campo social".

Além do estabelecimento de uma economia efetivamente independente e emancipada da tutela do FMI, Pelúcio defende uma distribuição mais equitativa da renda, bem como um rígido disciplinamento para os investimentos estrangeiros e uma rigorosa limitação para a remessa de lucros ao exterior.

Mas é no campo social que o candidato do PDT acha que "os constituintes progressistas" devem concentrar suas atenções. Para José Oscar Pelúcio, "devemos dar um tratamento adequado aos graves problemas sociais que afligem nosso povo, problemas estes que nos submetem a suprema vergonha de conviver, ao mesmo tempo, com o estigma da pobreza extrema da maioria da população e com o fato de termos sido guindados — segundo a ONU — à condição de 8ª potência econômica do mundo".

Trabalhador

No que diz respeito aos direitos do trabalhador, José Oscar Pelúcio defende a tese de que a estabilidade no emprego seja assegurada a partir do ato de admissão do empregado e de que a Constituição defina critérios que garantam salário mínimo real para todo o país, "bem como salários justos e aposentadoria digna, assegurando ao trabalhador mais tranquilidade no fim da vida". José Oscar acha, ainda, que é preciso que haja completo desatrelamento dos sindicatos em relação ao Estado, "uma triste herança que nos foi legada pelo regime fascista do Estado Novo". O candidato defende plena liberdade dos sindicatos no âmbito da negociação coletiva "de modo que o problema salarial seja discutido e resolvido pelas partes envolvidas, sem qualquer interferência constrangedora de organismo do Estado, ainda sem a aplicação de leis restritivas como as que vêm sendo editadas com base em dispositivos autoritários, inseridos no estatuto legado pela ditadura".